

“A contabilidade de custos dos investimentos para as companhias de saneamento básico”(*)

Vicente Solé Júnior (1)

Resumo

A necessidade de obter-se o melhor aproveitamento dos recursos destinados ao saneamento básico, auferindo-se o máximo resultado, com o mínimo de dispêndios, pressupõe o desenvolvimento e a aplicação de dois fatores preponderantes:

1 — Novas tecnologias no campo da engenharia sanitária;

2 — Controles efetivos dos custos com as inversões de capital nas companhias de saneamento.

Partindo-se das afirmativas acima e de que, quando há carência de recursos financeiros devemos manter o melhor gerenciamento sobre os mesmos, formulou-se este trabalho, visando à divulgação de técnicas e procedimentos adotados na contabilização dos custos com os novos investimentos, de forma a promover não só os registros contábeis mas, sobretudo, contribuir com informações que possibilitem aferir as performances de orçamentos, cooperar em processos decisórios, subsidiar estudos de viabilidade econômico-financeira, além de acionar o aprimoramento dos controles físicos e contábeis dos patrimônios das companhias quando em operação.

Sendo o patrimônio técnico das companhias de saneamento básico o objeto das maiores aplicações de capitais, não só próprios como de terceiros, faz-se mister tê-los sob um eficiente controle, pois, além do que representam, determinam componentes de cálculos tarifários.

Ainda que a abordagem levada a efeito neste trabalho não traga evoluções diretas no campo da Engenharia Sanitária, visualizamos, com seu conteúdo, a possibilidade de se alcançar em parte os objetivos deste XX Congresso Inter-americano de Engenharia Sanitária e Ambiental, particularmente quando um dos aspectos do te-

ma central a ser analisado deve voltar-se aos controles dos custos, de forma a se obter o melhor aproveitamento dos investimentos no setor.

Sob o ponto de vista de contribuição para o desenvolvimento institucional das Companhias de Saneamento Básico, esperamos lograr nosso intento.

1 Introdução

A adoção de uma política de administração dos custos aplicados nos investimentos, assim como a perfeita gestão do patrimônio, afiguram-se como objetivos comuns às Companhias de Saneamento Básico, tendo em vista todos os eventos deles decorrentes, destacando-se os de origem econômico-financeira, legal, fiscal, seguros, depreciações, cálculos tarifários etc.

Este trabalho visa divulgar critérios que permitam o acompanhamento dos custos com os novos investimentos, desde o seu início até o seu término, subsidiando a área responsável pelo gerenciamento físico-contábil dos bens a serem incorporados, de Imobilização Técnico Operacional, de Imobilização que a tornem capaz de exercer todos os seus controles.

Sua concepção possibilita, dentre outras, as seguintes prerrogativas:

a) registrar e controlar analiticamente todos os custos, tanto diretos como indiretos, relativos a um determinado investimento durante a sua execução, de tal sorte que se possa aferir a performance de seus orçamentos;

b) fornecer subsídios para a confecção de novos orçamentos, compatibilizando-os com situações reais ocorridas;

c) fomentar com dados mais concretos, estudos de viabilidade econômico-financeira, destinados à tomada de decisão sobre novos investimentos;

d) obtenção de valores imobilizáveis mais apurados, buscando-se na tarifa uma remuneração mais realista, decorrente dessas inversões de capitais;

e) cálculos de depreciação compatíveis com o tipo de bem e sua vida útil, expressando-se no resultado operacional valores mais exatos;

f) adoção de critérios que permitam controlar com eficácia a maior parcela dos capitais próprio e de terceiros, e

que são aplicados nos patrimônios das Companhias de Saneamento Básico.

Todos os métodos aqui descritos e atualmente empregados na Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo-Sabesp, são frutos da pesquisa e do desenvolvimento integrado da Contabilidade de Custos junto às demais áreas da Companhia, levando em consideração a infra-estrutura disponível e a atual legislação vigente no Brasil.

2 Área responsável pelo sistema

A área responsável pela apropriação e controle dos custos com os investimentos deve situar-se no âmbito da unidade organizacional que responda pelos registros contábeis, para onde devem fluir naturalmente, informes sobre todos os atos e fatos administrativos, econômicos e financeiros, pertinentes aos objetivos da Companhia.

Assim sendo e considerando-se o modelo da Sabesp-Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, encontramos na estrutura organizacional da Diretoria de Engenharia, entre outras, a Superintendência de Contabilidade, subordinando-se a esta os Departamentos de Contabilidade Geral e de Contabilidade de Custos.

A este último Departamento vinculam-se duas Divisões, cujas atividades expressas nas suas denominações, apresentam as seguintes características:

a) apropriação de custos e despesas operacionais e administrativas;

b) apropriação de custos com investimentos.

A Divisão com as atividades descritas no item “b” acima é a responsável pelo processo de acompanhamento contábil de todos os investimentos em andamento e que podem classificar em:

- Estudos e Projetos;
- Obras;
- Desapropriações.

3 Sistema contábil

Utilizando-se de um sistema dualista, onde o processo de acompanhamento dos custos com investimentos ocorre através de uma contabilidade

(1) Chefe da Divisão de Contabilidade de Custos de Investimentos - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo — Sabesp

(*) Trabalho apresentado no XX Congresso Interamericano de Engenharia Sanitária e Ambiental. Cidade da Guatemala - 16 a 21 de novembro de 1986.

auxiliar à Contabilidade Geral, verificamos em cada uma delas as seguintes situações:

a) Contabilidade Geral

Saldos sintéticos de Obras em Andamento, unicamente desmembrados em:

— Sistemas de Abastecimento de Água

— Sistemas de Esgotos

— Bens de Uso Geral

b) Contabilidade de Custos-Investimentos

Saldos analíticos que representam a composição de cada um dos investimentos em andamento, cujas totalizações expressam os valores registrados sinteticamente na Contabilidade Geral.

Dado ao volume de contas, lançamentos contábeis, informações e registros envolvidos, ambas as contabilidades fazem parte de um sistema de processamento eletrônico de dados, denominado Sistema de Contabilidade, capaz de extrair, ao final de cada mês, não só os livros legais de registros contábeis, como também relatórios gerenciais e de informações.

Como política, promove-se a interação do Sistema de Contabilidade com outros, de ordem administrativa, econômica ou financeira, obtendo-se, destes, dados de entrada para os processamentos dos programas da contabilidade, possibilitando maior racionaliza-

ção, agilidade e confiança nas informações.

4 Plano de Contas de Investimentos

Para a estruturação do Plano de Contas de Investimentos adotaram-se orientações emanadas do Manual de Sistemática Contábil das Companhias Estaduais de Saneamento Básico, editado pelo BNH-Banco Nacional da Habitação, adicionando-se particularidades voltadas para as análises de composição dos custos, suas futuras incorporações ao Imobilizado Técnico Operacional e outros enfoques, que possibilitem informações de caráter gerencial.

Com a finalidade de facilitar a interpretação da estrutura do Plano de Contas de Investimentos, apresentamos no Quadro 1 um "lay out", onde se evidenciam os principais códigos e seus respectivos títulos, por si só explicativos, observando-se certa homogeneidade com a itemização do manual já mencionado.

5 Evolução dos investimentos e seus fluxos ao patrimônio

Dentre os investimentos executados ou gerenciados pelas unidades orga-

nizacionais da Companhia, encontramos as evoluções e fluxos adiante descritos, tomando-se por base as seguintes fases:

- 1 — Relatório Técnico Preliminar;
- 2 — Projeto Técnico;
- 3 — Projeto Executivo;
- 4 — Execução do Bem;
- 5 — Incorporação ao Imobilizado Técnico Operacional.

Entremeando-se nas fases acima, verificam-se os processos relativos a obtenção de recursos financeiros, definição do meio de construção, se através de terceiros ou com pessoal próprio, além de todos os eventos vinculados à obtenção dos materiais indispensáveis à concretização do investimento.

Admitindo-se o fluxo normal de uma obra, desencadeada com a execução dos estudos preliminares e partindo-se para o enquadramento destes, na estrutura do Plano de Contas de Investimentos, inscreveríamos seus custos em contas específicas de Estudos e Projetos de Obras não iniciadas.

Aprovados os estudos preliminares, são desenvolvidos os demais processos até que se inicie propriamente a execução da obra. Neste instante, os custos até então carreados aos projetos, são transferidos para a conta que irá receber todos os demais custos,

Quadro 1 — Estrutura do plano de contas de investimentos

Nível 1 - Finalidade XX		Nível 2	Nível 3	4	5	6	7	Nível 8	Nível 9	Nível 10
A	B	Classificação X C	Unidade X D	XX EF	XX GH	XX IJ	XXXX KLMN	Unid. de Prop. XX OP	Tipo de Custo X Q	Detalhe de Custo X R
0 - Obras Gerenciadas pela Diretoria de Construção	1-Sistemas de Abastecimento de Água	1-Produção	1-Captação 2-Adução 3-Tratamento	REGIÃO / BACIA HIDROGRÁFICA	MUNICÍPIO	SUB-SISTEMA / DISTRITO	FRENTE DE SERVIÇO	00-Geral	0-Corr. Especial	1-Geral
		2-Distribuição	1-Sub-Adução 2-Reservação 3-Redes					02-Edifícios e Estruturas	5-Corr. Var. ORTN	5-Corr. Var. ORTN
5-Terrenos	1-Captação 2-Adução 3-Tratamento 4-Sub-Adução 5-Reservação 6-Redes	04-Galerias e Túneis	1-Material					1-Diversos 2-Equipamentos 5-Corr. Var. ORTN		
	2-Sistemas de Esgotos	1-Esgotos Sanitários	1-Coleta 2-Tratamento 3-Lanç. Final					05-Instalações e Equipamentos Bombeamento	2-Serviços de Terceiros	1-Meções e Serv. Técnicos 5-Corr. Var. ORTN
		2-Esg. Industrial	1-Geral					06-Instalações e Redes Elétricas	3-Mão de Obra Própria	1-Sal/Desp/c/Pes. 5-Corr. Var. ORTN
1 - Obras de Execução Direta	2-Sistemas de Esgotos	5-Terrenos	1-Coleta 2-Tratamento 3-Lanç. Final					07-Poço Artesiano	4-Estudios e Projetos	1-R.T.P. 2-P.T. 3-P.E. 5-Corr. Var. ORTN
			1-Administração Geral					1-Edifícios 2-Almoxarifados 3-Oficina/Gar. 4-Diversos	08-Tubulação e Peças	5-Custos originários de Financiamento
2 - Estudos e Projetos de Obras não Iniciadas	3-Bens de Uso Geral	5-Terrenos	1-Adm. Geral 2-Oper./Manut. 3-Comercial 4-Obras					09-Filtros e outros Equipam. e Inst. de Tratamento	6-Custos Ind. Apropriados	0-Geral 5-Corr. Var. ORTN
			2-Operação e Manutenção					10-Medidores e Hidrômetros	7-Desapropriações	0-Geral 5-Corr. Var. ORTN
3 - Obras Gerenciadas pelo Grupo de Coordenação do Saneamento	3-Bens de Uso Geral	5-Terrenos	1-Adm. Geral 2-Oper./Manut. 3-Comercial 4-Obras					11-Instalações Domiliares	8-Custos c/Transportes	0-Geral 5-Corr. Var. ORTN
			2-Operação e Manutenção	12-Pavimentação e Drenagem	9-Transferência p/Imobilizado	0-Custo Histórico 1-C.M. Incorp. ao Imob.				
4 - Obras Gerenciadas pela Diretoria de Operação do Interior	3-Bens de Uso Geral	5-Terrenos	1-Adm. Geral 2-Oper./Manut. 3-Comercial 4-Obras	13-Equipamentos de Comunicação						
			3-Comercial	14-Equipamentos de Serviços						
5 - Obras Gerenciadas pela Diretoria de Operação da Região Metropolitana	3-Bens de Uso Geral	5-Terrenos	1-Adm. Geral 2-Oper./Manut. 3-Comercial 4-Obras	15-Equipamentos de Laboratório						
			4-Obras	16-Equipamentos de Oficina						

decorrentes da consecução do futuro patrimônio operacional da Companhia.

Após concluída fisicamente a obra, a Contabilidade de Custos é notificada através de documento próprio, emitido pela unidade que a gerenciou ou executou, indicando, entre outros, dados físicos para a incorporação.

De posse dos dados recebidos e de documentos que ao longo da execução foram registrados contabilmente, são efetuadas análises e cruzamentos de informações, de tal sorte que é montado um processo de incorporação ao Imobilizado Técnico Operacional, onde se evidenciam as itemizações de equipamentos e unidades de propriedades, possibilitando que o sistema de administração de patrimônio possa controlá-los, calculando e registrando as depreciações ao custo das unidades responsáveis pela operação dos bens.

Com relação aos processos de aquisição de terrenos pela Companhia, independente da modalidade como ocorra, seja por desapropriação, seja por compra ou ainda por doação, registram-se da mesma forma, na Contabilidade de Custos, todos os gastos decorrentes até a obtenção de documento que legitime a propriedade como patrimônio da Companhia. Devidamente notificada, através de documento próprio emitido pela unidade que gerenciou ou concretizou a aquisição, a Contabilidade de Custos processa a incorporação do referido bem ao Imobilizado Técnico Operacional.

6 Definição e instituição de frente de serviço

Frente de Serviço é a unidade que define um investimento em seu nível indispensável de controle de custos e que regularmente representa um projeto em elaboração, uma obra em execução ou um terreno em processo de aquisição.

Particularmente para os casos de projetos e de obras, verificam-se casos em que um único objeto em execução pode ser representado por mais do que uma Frente de Serviço.

Exemplificando:

Objeto executado — Obras do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Ubirajara.

Frentes de Serviço:

- 1 — Captação — Poço P3
- 2 — Adutora Água Bruta — Poço P3 à ETA Compacta
- 3 — ETA Compacta

A itemização em Frentes de Serviço tem como objetivo individualizar o Sistema de Abastecimento de Água, em captação, adução e tratamento, bem como a unitização do investimento no patrimônio da Companhia.

O código contábil de uma Frente de Serviço compreende as 14 (catorze) posições iniciais da estrutura do Plano de Contas de Investimentos, enquadrando-se em cada uma das alternativas ali apresentadas.

Tendo em vista que a execução das obras é iniciada a partir de uma contratação ou da definição de que determinada unidade operacional irá executá-la, torna-se indispensável, neste instante, atribuir-se o código contábil que uma Frente de Serviço terá durante seu controle com obra em andamento.

Assim sendo, institucionalizaram-se, através de procedimentos internos da Companhia, fluxos de informações que permitem que a Contabilidade de Custos seja acionada antes do início de uma obra, fornecendo à unidade organizacional que irá gerenciá-la ou executá-la qual o respectivo código contábil a nível de Frente de Serviço. Estabelecido o código, este será utilizado em toda a documentação que vier a registrar insumos nos custos daquela obra.

Os termos aqui mencionados, como gerenciar ou executar, estão intimamente ligados ao processo de execução do investimento, sendo melhor interpretados no capítulo relativo às Apropriações e Contabilizações, quando da abordagem dos custos com Mão-de-Obra Própria e Custos Indiretos Apropriados.

7 Definição de unidade de propriedade

Através deste nível de controle dos custos com um investimento, inicia-se o processo das individualizações necessário ao futuro enquadramento no patrimônio da Companhia, tanto no que diz respeito aos agrupamentos contábeis quanto para efeito de itemização dos bens componentes de uma Frente de Serviço.

Neste particular, observe-se na estrutura do Plano de Contas de Investimentos as variáveis existentes sob este título, não plenamente esgotadas, permitindo-se a criação de outras Unidades de Propriedades quando necessário.

Exemplificando, evidenciamos a seguir como se apresentam as acumulações de custos até este nível:

Frente de Serviço:	
	Cz\$
Estação Elevatória de Água Bruta "X"	1.000.000
Unidades de Propriedade:	
Edifícios e Estruturas	525.000
Equipamentos e Instalações de Bombeamento	200.000
Instalações e Redes Elétricas	180.000
Tubulações e Peças	55.000
Equipamentos de Comunicação	20.000
Equipamentos de Serviço ..	15.000
Paisagismo e Urbanização ..	5.000

8 Apropriações e contabilizações

Na composição dos custos de um investimento podemos encontrar, basicamente, os seguintes insumos:

- Material
- Serviços de Terceiros
- Mão-de-Obra Própria
- Estudos e Projetos
- Custos de Recursos Financeiros de terceiros próprios
- Custos Indiretos (Administração)
- Desapropriações e
- Transportes

A apropriação e contabilização de tais custos aos investimentos em andamento, sempre vinculando-se a uma Frente de Serviço pré-definida e codificada, se dá através de informações constantes de documentos internos ou externos e que têm passagem obrigatória na Contabilidade de Custos.

No sentido de agilizar as apropriações e os registros contábeis, foram desenvolvidos sistemas independentes e ou integrados de processamento eletrônico de dados para micros e computadores de grande porte, permitindo uma otimização em tempo e qualidade desejados.

9 O processo inflacionário

O processo inflacionário na atual conjuntura, para alguns países, é uma realidade. A variação que reduz o po-

der aquisitivo das moedas, quando em uma inflação acelerada, é sentida em uma periodicidade de tempo, não se conseguindo compatibilizar custos de fatos iguais, ocorridos em épocas próximas.

Isto posto, torna-se necessário obter-se um meio, ainda que extracontábil, de acompanhar-se o declínio do poder de compra da moeda, a fim de que possamos ter a qualquer tempo comparações de custos e outros fatos, mais próximos da realidade.

O meio para aferir-se tais variações monetárias consiste em estabelecer-se, em paralelo à moeda nacional instável, um fator de referência estável, que, dentre outras opções, poderá ser uma moeda forte, assim como o Dólar Americano ou a Libra Esterlina.

Particularmente no Brasil, onde a inflação alta era uma constante, optou-se, como forma de aferir as variações e se inserir as devidas correções monetárias, pela instituição de um título de emissão do Governo, denominado ORTNs-Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, tendo como principal característica acompanhar e registrar o processo inflacionário.

Com a finalidade de cumprir determinação governamental especificamente no que diz respeito à instituição e contabilização das correções monetárias dos Ativos Fixos, estabeleceram-se, através de um programa de computação, critérios que permitissem:

1 — que todos os valores inscritos sob o título de Obras em Andamento, fossem expressos tanto em cruzeiros como em Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional;

2 — que as correções monetárias decorrentes da variação das ORTNs fossem contabilizadas a débito daquelas Obras em Andamento e a crédito da conta de Resultado de Correção Monetária;

3 — que houvesse uma razão auxiliar em ORTNs para este grupo de contas.

Dentre as alternativas que a própria legislação oferecia, no tocante à época de serem efetuadas e registradas contabilmente tais correções monetárias, optou-se para que fossem processadas mensalmente, tendo em vista que as transferências para o Imobilizado Técnico Operacional, decorrentes de obras encerradas, se dão com frequência mensal, sendo conveniente que o objeto a ser incorporado na ocasião já estivesse corrigido monetariamente até aquela data.

Assim sendo, através de um programa de computação desenvolvido a partir de premissas fixadas pela Contabilidade de Custos, obtém-se mensalmente um relatório, onde são expressos

todos os cálculos de correção monetária sobre os saldos das contas de obras em andamento, analiticamente, informando o valor a ser contabilizado no mês. Decorrente deste mesmo programa de computação obtém-se uma fita magnética, gravada com os elementos indispensáveis para os lançamentos e que é acessada ao Sistema de Contabilidade.

Desta forma, todos os investimentos em fase de execução passam a ter seus valores corrigidos monetariamente a cada mês, podendo-se compatibilizar custos ocorridos em épocas distintas, além de que, através da projeção do valor das ORTNs-Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, torna-se possível, mesmo com a inflação, obter-se orçamentos para investimentos futuros.

Com o advento do Plano Cruzado, onde se prevê uma ocorrência menor de inflação, os procedimentos aqui mencionados não se tornam totalmente inaplicáveis, uma vez que foram mantidos os controles, agora em OTNs-Obrigações do Tesouro Nacional, possibilitando que se efetue, ainda que em períodos mais elásticos, qualquer ajuste proveniente de variações monetárias.

10 Incorporação ao imobilizado técnico operacional

Conforme comentado no início deste trabalho, os processos de incorporação ao Imobilizado Técnico Operacional, decorrentes de conclusão de obras, são objeto de análises e informações capazes de subsidiar não só a unidade de controle contábil de patrimônio, como também a de controle físico.

O processo em questão tem início através de notificação por documento próprio, emitido pela unidade organizacional que gerenciou ou executou o investimento. Este documento apresenta, além de outras informações, dados físicos sobre a construção, características construtivas, relação de equipamentos instalados, unidade que irá operar este novo patrimônio e início previsto de operação.

Mediante as informações recebidas, a Contabilidade de Custos providencia pesquisa de ordem documental, reportando-se às requisições de equipamentos arquivadas, de modo a confirmar se os constantes da informação foram devidamente registrados no custo da obra em questão. Neste mesmo instante, já providencia para que os custos financeiros decorrentes da parcela

do financiamento que coube ao investimento em fase de incorporação sejam reclassificados, não mais onerando o investimento.

Como forma de atestar que os bens a serem incorporados ao Imobilizado Técnico Operacional são efetivamente os declarados no documento de notificação de término da obra, bem como obter outras confirmações, a Contabilidade de Custos remete uma via do mesmo documento à unidade organizacional responsável pelo controle físico do patrimônio. Após as verificações efetuadas por aquela unidade, que se revestem inclusive da atribuição de números aos bens patrimoniais móveis e imóveis, é efetuada a conciliação dos dados físicos com os registros contábeis, de forma a assegurar suas correspondências e encerrar os processos de análises para a incorporação.

A transferência contábil de Obras em Andamento para o Imobilizado Técnico Operacional é concretizada através da emissão de ficha de lançamento, sendo esta processada no Sistema de Contabilidade.

11 Relatórios gerenciais

O Sistema de Contabilidade de Custos de Investimentos aqui apresentado, face à formatação e seus critérios de apropriação e acumulação de custos, permite que sejam extraídos vários tipos de relatórios, com as mais diferentes finalidades, cujas utilizações podem atender interesses e análises por parte dos vários níveis da gestão da Companhia.

Por uma questão de otimizar o aproveitamento de recursos e dos próprios custos, inerentes a se obter informes habituais através de sistemas computadorizados, somente alguns relatórios são extraídos regularmente, por despertarem interesse cotidiano. Outras informações que possam suscitar proveito, quando requeridas, devem ser analisadas quanto à frequência com que serão requisitadas e a complexidade para se obtê-las, optando-se, ou por uma coleta de dados através de relatórios já existentes ou pela definição da lógica que norteará a elaboração de programa de computação, capaz de extrair do sistema contábil as informações pleiteadas.

Dentre os relatórios gerenciais de emissões regulares, podemos destacar:

a) De Interesse da Alta Administração

— Custos aplicados em investimentos (ver quadro 2)

Periodicidade — mensal com acumulação do exercício.

Quadro 2 — Custos aplicados em investimentos

PERÍODO:
UNID. MONETÁRIA:

TIPOS DE CUSTOS	MATERIAL	SERV. TERC.	M.O. PRÓPRIA	ESTUDOS E PROJETOS	C. ORIGIN. DE FINANC.	C. INDIRETOS APROPRIADOS	DESAPROPR.	TRANSPORTES	TOTAL
SISTEMAS									
ÁGUA									
CAPTAÇÃO									
ADUÇÃO									
TRATAMENTO									
SUB ADUÇÃO									
RESERVAÇÃO									
REDES									
ESGOTOS SANITÁRIOS									
COLETA									
TRATAMENTO									
DISP. FINAL									
BENS DE USO GERAL									
TOTAIS									

Quadro 3 — Demonstrativo dos investimentos por município até 9/86

CODIGO E MUNICIPIO	VALORES EM QTDE DE ORTN					
	IMOB OPERACIONAL INVEST SABESP	INVEST EM ANDAM INVEST EM OPER	TOT IMOBILIZADO ESTUDOS/PROJETOS	LAUDO INICIAL OUTROS INVEST	LAUDO BAIXADO DIVIDA ASSUM	LAUDO LIQUIDO DEPRECIACAO
07.01 ADAMANTINA	253.322 265.052	144.647 114.252	397.969 17.969	141.596 126.678	2.526 6.153	139.070 65.816
05.01 ADOLFO	20.048 15.496	0 15.496	20.048 0	4.768 0	216 0	4.552 1.777
10.02 AGUAS DA PRATA	198.606 208.678	17.777 190.901	216.383 0	7.832 17.777	127 0	7.705 23.731
04.01 AGUAS DE SAO PEDRO	36.625 21.322	8.659 12.663	45.284 99	24.221 8.560	259 0	23.962 7.388
08.37 AGUAS DE STA. BARBARA	25.319 18.217	1.956 16.261	27.275 0	9.059 1.956	1 0	9.058 3.381
07.02 ALFREDO MARCONDES	30.228 35.448	9.547 25.901	39.775 0	5.361 9.547	1.034 0	4.327 5.225
11.01 ALTAIR	0 4.358	4.358 0	4.358 1.279	0 3.079	0 0	0 0
06.01 ALTO ALEGRE	36.706 30.761	1.966 28.795	38.672 0	9.682 1.966	1.771 0	7.911 4.901
11.02 ALVARES FLORENCE	14.503 5.278	1.125 4.147	15.628 155	10.678 970	322 6	10.356 2.073
07.03 ALVARES MACHADO	71.951 75.402	17.590 56.298	89.541 10.657	16.936 6.933	1.283 1.514	15.653 7.375

Finalidade — permite conhecer e avaliar os valores investidos pela Companhia entre os sistemas de Água, Esgotos e Outros, por tipo de custo.

— Demonstrativo dos investimentos por localidade (ver quadro 3)
Periodicidade — mensal ou trimestral.

Finalidade — possibilita conhecer e avaliar os totais investidos, o total do patrimônio existente e outros informes correlatos, relativos a uma determina-

Quadro 4 — Composição de custos do investimento

FRENTE DE SERVIÇO: Rede Coletora e Ligações Domiciliares de Esgotos
 LOCALIDADE : Bacia Pirajussara - Capital
 CONTRATADA : COEST - Contrato 105/85 L-P2
 PERÍODO : Até maio 1986

UNIDADE DE PROPRIEDADE/TIPO DE CUSTO	NO MÊS	NO EXERCÍCIO	ACUMULADO TOTAL
CUSTOS DIVISÍVEIS (A RATEAR)			
SERVIÇOS DE TERCEIROS	-	7.763,60	119.567,41
C. ORIG. FINANC. INTERNO	104.463,81	182.876,11	361.462,98
C. INDIRETOS APROPRIADOS	-	1.269,73	19.555,28
TUBULAÇÕES E PEÇAS (REDE)			
MATERIAIS	75.668,95	232.631,91	804.698,26
SERVIÇOS DE TERCEIROS	514.709,17	1.653.956,62	3.372.466,37
C. INDIRETOS APROPRIADOS	195.608,99	290.450,59	793.299,93
LIGAÇÕES DOMICILIARES			
MATERIAIS	9.798,00	13.894,50	38.767,19
SERVIÇOS DE TERCEIROS	4.885,64	8.817,82	26.652,41
C. INDIRETOS APROPRIADOS	567,39	1.868,31	13.233,87
ESTUDOS E PROJETOS			
PROJETO TÉCNICO	15.214,83	136.990,92	1.759.086,00
C. ORIG. FINANC. INTERNO	-	25.240,83	388.734,90
C. INDIRETO APROPRIADO	-	59.528,56	696.756,06
TOTAIS DA FRENTE DE SERVIÇO	920.916,78	2.615.289,50	8.394.280,66

da localidade em que haja atuação da Companhia.

b) De interesse do Administrador ou Executor do Investimento

— **Composição de custos do investimento (ver quadro 4)**

Periodicidade — mensal com acumulação do ano e total.

Finalidade — permite ao administrador conhecer, avaliar e gerenciar os custos do investimento sob sua responsabilidade, através de uma visão analítica da composição desses custos, comparando-os com previsões, padrões etc.

Com relação a outros relatórios, que poderiam ser obtidos da massa de informações de que o sistema de Contabilidade de Custos de Investimentos reúne, podemos sugerir:

— custo médio por metro assentado de redes de água ou de coleta de esgotos analisados por tipo de custo e região — (obras encerradas);

— dados relativos a custos históricos e custos atualizados monetariamente de investimentos realizados pela Companhia, em períodos distintos, analisados quanto à finalidade, localidade etc.;

— avaliação do comportamento dos custos indiretos sobre investimentos quanto à sua composição;

— avaliação do custo real e final de um investimento, em relação à previsão orçamentária efetuada para obtenção de financiamento etc.

Ainda no que diz respeito a informações gerenciais, lembramos que todo

processo de implantação de sistemas de custos deve ser precedido de uma pesquisa entre as diversas áreas da Companhia, no sentido de serem detectados seus interesses e necessidades de informes, possibilitando que quando implantado o sistema, a Contabilidade de Custos partindo de seus controles analíticos venha a gerar toda uma gama de dados, importantes para uma efetiva gestão da Companhia, não se restringindo exclusivamente aos aspectos legais e fiscais que a contabilidade é obrigada a cumprir.

12 Considerações finais

Os procedimentos e critérios abordados neste trabalho, conforme se propunha o seu objetivo, visam à divulgação dos métodos empregados na Sabesp-Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, com vistas à apuração e contabilização dos custos com investimentos.

A área definida e sugerida como responsável por este Sistema não foi escolhida ao acaso ou por nela transmitir todas as informações sobre os atos e fatos da empresa. A Contabilidade, em qualquer atividade econômica ou social, reveste-se de preceitos legais e fiscais, sujeita-se às normas governamentais, às auditorias e às fiscalizações de naturezas diversas, pois deve expressar através de seus controles, relatórios e análises, entre outros informes, um diagnóstico sobre a idoneidade e a capacidade econômica

e financeira da instituição. Seus registros são os únicos oficialmente reconhecidos e respeitados, representando uma parcela das atividades do Contador e que não são restritas, face ao conjunto de conhecimentos adquiridos por sua formação.

A participação da Contabilidade na gestão dos negócios das empresas é uma realidade, cuja contribuição pode e deve ser ampliada, independentemente do ramo em que a cooperação atue. Fundamentado nesta certeza e cômico de que a cooperação de todos os profissionais que exerçam suas atividades nas Companhias de Saneamento Básico deve subsistir para o desenvolvimento das mesmas, nos irmanamos nesta conjugação de esforços, pois ainda que indiretamente, sentimo-nos na obrigação de contribuir com os objetivos e o alcance deste XX Congresso Interamericano de Engenharia Sanitária e Ambiental.

Com a devida ciência de que as demais companhias do mesmo ramo de atividade apresentam peculiaridades próprias de suas infra-estruturas e de seus recursos, não há pretensão de que este material venha a se constituir em doutrina. Sua exposição reflete o produto de estudos e experiências desenvolvidos sobre o tema, cujas particularidades, para cada uma das empresas, deverão ser objeto de análises próprias, permitindo que os produtos e relatórios finais atendam aos anseios e necessidades de todas as áreas organizacionais envolvidas no processo.